



Aos seis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, pelas dezasseis horas e vinte e cinco minutos, realizou-se na Sala de Sessões dos Paços do Concelho uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Fernando Miguel Catarino José (a partir do momento que adiante se indica), Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

O Sr. Vereador Fernando Miguel Catarino José esteve presente, em substituição do Sr. Vereador Paulo Alexandre da Cruz Lopes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 3.

Índice

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 18 de novembro de 2020.**
 - 2. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 02 de dezembro de 2020.**
 - 3. Deliberação n.º 01/21 – Proposta n.º 01/2021 – DAF/DICOR – Contratação de Empréstimo de Curto Prazo – 2021.**
 - 4. Deliberação n.º 02/21 – Proposta n.º 02/2021 – DAF/DICONT – 15.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa – Ratificação.**
 - 5. Deliberação n.º 03/21 – Proposta n.º 03/2021 – DAF/DICONT – 16.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Orçamento da Receita, 14.ª ao Plano de Atividades e 13.ª ao Plano Plurianual de Investimentos – Ratificação.**
 - 6. Deliberação n.º 04/21 – Proposta n.º 01/2021 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar n.º 15/2020-DRH/DIGAT/GC contra Daniel João Rocha Ventura.**
 - 7. Deliberação n.º 05/21 – Proposta n.º 02/2021 – DRH/DIGAT – Gestão dos Recursos Humanos em função do Orçamento e do Mapa de Pessoal aprovados para o ano de 2021/Montante dos Encargos.**
 - 8. Deliberação n.º 06/21 – Proposta n.º 01/2021 – DOM/GAGIAS – Atualização para o ano 2021 do Tarifário de Venda de Água, Saneamento e Outros Serviços e Revisão de Listagem de Preços Unitários para a Execução de Obras e Ramais – Ratificação do despacho da Sra. Presidente da Câmara.**
- C) Período destinado à intervenção do Público**



A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento pela Sra. Presidente, dos mapas relativos aos despachos proferidos no âmbito do seu gabinete e dos departamentos de Administração Geral e Finanças, de Comunicação e Imagem, Relações Públicas e Turismo, de Urbanismo (incluindo Licenciamentos), conforme documentos anexos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 4 a 8.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente no âmbito do Departamento de Recursos Humanos, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal no âmbito do Departamento de Obras Municipais, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 10.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Pedro Pina no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais e Juventude, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 11.
- e) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Ricardo Oliveira no âmbito do Departamento de Educação e Saúde, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 12.
- f) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Eugénia Silveira no âmbito do Departamento de Ambiente e Atividades Económicas, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 13.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Fernando Paulino - Disse que tinha duas questões relativamente às obras municipais que estavam a decorrer na cidade, para obter alguns esclarecimentos. As obras na Avenida dos Ciprestes estavam paradas e gostaria de saber do senhor vereador se eram para retomar brevemente ou se existia alguma questão que pudesse esclarecer. Também o viaduto das Fontainhas continuava com a junta de dilatação deteriorada, o que provocava um constrangimento grande na circulação, obrigando os veículos a sair da faixa de rodagem. Era para saber exatamente qual era o ponto de situação dessas duas questões, que eram relevantes para a fluidez do tráfego na cidade.

Sr. Vereador Nuno Carvalho - Disse que as questões que queria colocar eram referentes ao seguinte: Em primeiro lugar, fazer um pedido de resposta que achava que não tinha sido respondido, salvo falha sua - se assim fosse, pedia desculpa -, de um requerimento que o PSD tinha colocado sobre o Vitória Futebol Clube. Atendendo à importância do tema, pedia que pudesse haver melhor atenção nessa matéria, que, naturalmente, preocupava a todos e que merecia e tinha merecido a melhor atenção da parte de todos os partidos políticos e da

Câmara Municipal. O PSD, nesse mesmo sentido, gostaria que de ter alguns esclarecimentos relativamente a algum histórico da Câmara Municipal com o Vitória Futebol Clube.

A segunda questão era perguntar se tinham notícias de algum desenvolvimento sobre aquilo que eram os resíduos que tinham ficado conhecidos como os resíduos da Metalimex, que, depois, se tinha descoberto que eram da Metalimex, que, efetivamente, estavam indevidamente depositados. Se existia alguma notícia no sentido da remoção, ou não, desses mesmos resíduos.

A terceira, de forma também muito breve, era referente a uma pergunta que queria fazer, sobre as informações que, eventualmente, estivessem, ou não, a ser prestadas ao Município de Setúbal, referentes aos dados, quer a nível social, quer a nível económico. Naturalmente, não falava ao nível da saúde, porque esses deveriam ser vinculados com melhor precisão, mas ao nível social e a nível económico, quer por parte da Segurança Social, quer por parte de outras entidades dependentes do Ministério da Economia e do Ministério da Segurança Social, referentes aos números do concelho de Setúbal, se tínhamos esses valores, ou não.

Colocava essa questão porque, fosse dali por um ano ou fosse dali por 2 anos, a breve trecho, o município, tal como todos os outros, iriam receber mais competências dentro daquilo que era a lei que tinha sido lançada para a atribuição de competências aos municípios. Era evidente que, com aquela pandemia, era fundamental que os municípios tivessem conhecimento de dados socioeconómicos, em particular o emprego e as empresas, que fossem fornecidos pela Administração Central, porque tinha essa competência. Esses dados eram, naturalmente, importantes, porque podiam discordar e discordavam sobre algumas matérias, mas não discordavam sobre algo que era essencial. Sobre aquela pandemia, tinha havido uma reação transversal a todos os municípios, incluindo o Município de Setúbal. Discordavam sobre alguns instrumentos, mas não discordavam que os municípios se tinham envolvido mais do que deviam. Portanto, como tinham tido esse papel e o Município de Setúbal também tinha tido, era fundamental que, naquilo que era a outra grande tarefa que teriam, de recuperação social e recuperação económica que havia pela frente, que, pelo menos, os municípios tivessem acesso a esses números.

Perguntava se, de facto, havia alguma informação cruzada nesse sentido, porque só havendo é que, depois, fazia sentido o PSD - e da sua parte, como vereador eleito do PSD - solicitar essa informação ao Município. Não havendo, até seria profícuo que existisse, porque eram dados que seria importante, pelo menos, ter o mais atualizado.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, em relação às questões colocadas, no que respeitava aos dados sociais no quadro da pandemia era possível obtê-los. Numa reunião anterior tinham dado nota dos dados sociais informados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional e pela Segurança Social. Podiam pedir esses dados, mas aquilo que podiam dizer era que não havia uma situação muito diferenciada do resto do país. De qualquer maneira, podiam obter essa informação e trazer a uma próxima reunião da Câmara. Em relação aos dados de situação da pandemia com o Natal e o Ano Novo, como era previsível, em Setúbal, como no país inteiro, a situação tinha dado um salto grande, o que queria dizer que, naquele momento, na península de Setúbal, ao contrário do que tinha acontecido dois meses atrás, em que tinham a questão dos lares, etc, naquele momento tinham uma situação de transmissão comunitária, no conjunto da península e em Setúbal, também. Isso queria dizer que esse crescimento tinha resultado daquele alívio "*simpático*" que se tinha feito no período do Natal e que não se tinha feito no ano Novo, mas tinha havido quem fizesse, apesar de não ser adequado.

Naquele momento, o que estava a aparecer era a sobrecarga muito grande dos hospitais, incluindo os nossos, que não eram dos mais sobrecarregados, mas também estavam bastante sobrecarregados, e um alargamento, surpreendente até, do número de infetados.

Portanto, era só deixar essa nota, para que houvesse um esforço coletivo no sentido de assegurar as medidas necessárias de proteção de todos e todos darem esse contributo, para além do esforço que era feito pelas instituições, incluindo a Câmara Municipal de Setúbal, naturalmente, diariamente, em relação a essa matéria.



Em relação a questões relacionadas com obras, como era habitual, em Setúbal, ao longo dos últimos 10 anos - mais do que isso até - tinham em curso cerca de 200 empreitadas, que continuavam a desenvolver. Tinham intervenções que estavam a decorrer e em conclusão nos Paços do Concelho, o Ciclopset estava quase concluído, a rotunda do Hospital Miguel Bombarda estava a evoluir muito devagarinho mas estava a evoluir e estava a ser avançada, a Rua dos Arcos e a Rua Jorge de Sousa estavam em franco desenvolvimento, o trabalho estava a alta velocidade, a requalificação das ruas Groot Pombo e Camilo Castelo Branco também estavam a avançar a alta velocidade, a estrutura de contenção localizada entre a Óscar Pacheco e a Rua da Palhavã também estava em testes, a requalificação urbana da 22 de Dezembro e dos Combatentes estava, como era visível por toda a gente, em grande velocidade.

la avançar o encapsulamento da cobertura de fibrocimento dos nossos bombeiros, logo que a ACT libertasse essa autorização, por causa do amianto. Todas as escolas que tinham amianto estavam naquele momento com processos desenvolvidos e prontos a avançar, à espera só da autorização da ACT sobre a técnica de remoção que ia ser utilizada pela empresa.

Estava em preparação o avanço das obras na Praça do Bocage, com a cobertura na zona onde estava antes a Pizza Hut. O Forte de Albarquel estava em alta velocidade. Naquele momento faltavam obras complementares, mas era uma obra que estava numa fase muito avançada de conclusão. O Parque Urbano de Azeitão era uma obra de grande dimensão, maior do que o atual, também estava em grande velocidade de implantação. A Capela da Piedade, no nosso cemitério da Piedade, finalmente, estava em reabilitação e estava em estado avançado de obra, também.

Tinham concluído a Rua Flávio Resende, como já tinha dito, tinham concluído a Rua Júlio Dinis. Tinham concluído uma série de obras associadas a ossários em Azeitão e estavam a concluir outras. Tinham quatro ruas em Azeitão que tinham linhas de requalificação. O Interface de Setúbal estava visível a alta velocidade e estaria pronto no 1.º trimestre. Estava a avançar o interface provisório da várzea, estava a avançar o Largo de São Sebastião, que já estava concluído. O Largo 5 de Outubro em Azeitão, junto à Casa do Povo, já tinha as obras de infraestruturas e ia iniciar a obra superficial. A Rua da Serração estava com uma obra muito profunda e de grande desenvolvimento. Tinha-se concluído a obra da Azinhaga do Holandês, da Rua da Estanqueira. Estava em estado avançado a obra junto do clube do Casal das Figueiras, com parque de estacionamento e intervenção na própria sede. A Rotunda do Aldi, que ia ficar em frente aos bombeiros, no Monte Belo, ia avançar entre aquele dia e o dia seguinte. Era uma obra de grande importância, para descomprimir a pressão viária sobre a Rotunda do Zéfiro. Estava a avançar o plano de urbanização do Xavier de Lima, em Azeitão, também em alta velocidade.

Estava em conclusão a reabilitação do grande emissário e a rede de água e saneamento de Aldeia Rica, em Vila Nogueira de Azeitão. Estava em requalificação toda a zona da Camarinha - passeios, calçadas -, só para dizer algumas obras que estavam em curso e que tinham uma importância muito grande.

O Convento de Jesus - 3.ª fase, estava no Tribunal de Contas e avançaria quando o Tribunal de Contas libertasse o visto. A Manteigada, a grande obra, estava também no Tribunal de Contas e avançaria logo que o Tribunal de Contas libertasse o visto. O Forte de São Filipe também estava em processo concursal para a 2.ª fase.

Portanto, havia uma série de intervenções que estavam em curso. Tinha referido só 20 ou 30 intervenções das cerca de 200 que estavam em curso.

Em relação, concretamente, à questão que tinha sido colocada, em relação aos Ciprestes estava-se a aguardar um desenvolvimento processual da construção de uma rotunda que não estava prevista na obra inicial, quando se tinha começado o processo. Aquilo tinha uma obra, tinha uma empreitada. A empreitada tinha-se concluído naquilo que comportava e só mais tarde é que se tinha optado por avançar com a rotunda. Então, havia um processo concursal e havia um procedimento. Tinham mantido a solução provisória, que estava com

ajustamentos, para ver o seu funcionamento, e, depois, far-se-ia a versão definitiva, a obra concreta, que ainda não tinha avançado e que estava em fase final de preparação.

O viaduto da Fontainhas - que queriam demolir e substituir por uma outra coisa, mais interessante, mas naquele mandato não iria ser possível - tinha umas fissuras e umas quebras que não punham em causa a estabilidade do equipamento. Obrigava a ziguezagues e tinha que se pôr uma melhor sinalética. Tinham feito um alerta de proteção civil, para poder avançar com uma obra mais célebre, senão só começariam lá para março. Em princípio, ainda em janeiro iriam fazer uma intervenção e viria uma equipa espanhola especializada, não era qualquer empresa que trabalhava em viadutos. Trabalhava na análise dos suportes dos viadutos e na análise das bases dos viadutos, para avaliar se havia problemas na base e não só aqueles que eram visíveis. Portanto, era um trabalho complexo, um trabalho especializado.

Era uma empresa espanhola e os espanhóis até Dia de Reis fechavam para obras, só começavam obras depois do Dia de Reis. Isso só tinha sido possível com um alerta de proteção civil, senão o procedimento iria lá para março, para poderem agilizar todo o processo e intervir ali. Não era uma intervenção em que pudesse lá ir um serviço da Câmara tapar um buraco. Não se tratava disso, era um trabalho mais sério. Portanto, o que podia dizer era que durante janeiro aquele trabalho seria realizado. Era um trabalho curto em termos de execução - mais complexo em termos de avaliação, mas curto em termos de execução -, que em janeiro estaria resolvido, logo que os nossos amigos espanhóis decidissem que estava na hora de pôr mãos à obra.

Era isso que tinha a dizer. Era um assunto que não tinha sido descurado, antes pelo contrário, tinha sido feito tudo o que era preciso para garantir uma intervenção consistente naquela situação. Em relação à sinalética, talvez pudessem ainda ver se podiam fazer mais alguma coisa, mas, de qualquer maneira, aquela era a informação que tinha a dar sobre uma situação em que estavam em cima desde o primeiro dia, a tentar resolver.

Sra. Presidente – Disse que, relativamente às questões colocadas pelo Vereador Nuno Carvalho, em relação ao Vitória Futebol Clube, as coisas profundas que tinham sido feitas no Vitória tinham sido ali informadas, o direito de superfície, etc. Isso tinha sido ali informado, na reunião da Câmara. Não sabia o que é que a carta dizia, porque não tinha visto essa carta. Não sabia se tinha ido para os serviços. (Era um requerimento, mas a pedir o quê? Se, depois, lha desse, podiam fazer isso por escrito). Em relação ao direito de superfície era isso. A Câmara continuava a reiterar a intenção de não se meter na gestão do clube. No entanto, não lhe devia ser negada, nem lhe podia ser negado o direito que tinha de se pronunciar em relação à gestão do mesmo, à opinião. Tal como qualquer sócio, tinha direito a essa opinião.

Relativamente a tudo aquilo que estava a acontecer, era bom o Vitória ter uma direção, com muitas dificuldades financeiras, que eram do conhecimento geral. Estavam a zeros, viviam da sua quotização e de algumas iniciativas que também estavam a ajudar a desenvolver, para a criação de novos sócios, de empresas, de mecenato dessas empresas. A Câmara Municipal estava a ajudar nisso. A Câmara Municipal estava a ajudar na concretização da atividade, especialmente das duas modalidades que estavam em campeonatos federados, o andebol e o futebol. Estavam a suportar os transportes e muitas outras coisas, para que essas duas equipas não parassem. Estavam, também, a preparar a ajuda na intervenção do Campo da Várzea, para as questões da formação, senão ficavam sem a certificação da formação.

Relativamente ao estádio, estava já feito pelos serviços um regulamento, que ia ser discutido entre eles, daquilo que os serviços propunham do funcionamento da intervenção camarária, sendo da sua responsabilidade, agora, alguma manutenção, se seria toda, se não seria toda. Iriam também ver com a direção do Vitória, se estava de acordo com aquele regulamento, mas, primeiro, veriam eles, porque os serviços tinham entregue naquele dia.

A manutenção ainda era importante e a reabilitação da parte da frente do estádio. Tinham uma fotografia lamentável, para ser tornada pública quando fosse ocasião disso, do que era o estádio, do que estava o estádio. Só por fora, na parte da frente, virado para a pizzeria. Era lamentável, de facto. Era digno do Terceiro Mundo como aquilo tinha sido passado e como

tinha chegado a essa situação de muito pano, muita publicidade. Ninguém sabia quem é que pagava, quem não pagava, se não pagava ninguém, se havia algum que pagasse, onde é que estava esse dinheiro, onde é que estavam esses contratos. Uma coisa bater no fundo era um panorama muito mau. Portanto, tinham tirado com um drone uma fotografia para memória futura, de como é que aquilo tinha sido entregue.

Estavam já a preparar a grande intervenção de toda a parte exterior, mas, especialmente, a parte da entrada, a parte da loja, acabar as lojas que o mandato de Paulo Gomes tinha começado a fazer. Estavam quase acabadas e, portanto, iriam acabá-las. Nesse mandato também tinha sido feita a reabilitação do Bingo. Era preciso que não se esquecessem que tinha sido a reabilitação do Bingo, que estava impecável, e, também, a reabilitação da gestão de sócios, o novo espaço que não tinha chegado a ser ocupado, que naquele momento tinha lá a formação e um gabinete para um técnico da Câmara, que fazia, naquele momento, a ligação à Câmara de tudo aquilo de que era necessário ir fazendo manutenção de reabilitação. Tinha os serviços a irem às terças e quintas-feiras buscar camiões de lixo. Já tinham ido umas quatro vezes. Camiões de lixo que estava por baixo das bancadas. Estava tudo fotografado, estava tudo documentado. Dentro de alguns gabinetes, estavam a separar o que eram dossiês e papéis que estavam para o lixo. Estavam a pô-los de parte, para alguém de direito do clube saber o que eram esses papéis. Os serviços estavam a fazer uma triagem com esse nosso funcionário do desporto que estava lá no gabinete.

Já tinham um projeto, que ia ser implementado dentro de um a dois meses, para a parte toda da frente. Os setubalenses iriam, de facto, sentir-se mais confortáveis e mais orgulhosos daquele clube que não podiam deixar cair nunca. Estavam ali 110 anos de história, estava ali muita vida, muitas emoções, muitos sentimentos. Estava ali a história da cidade, também, toda no meio. Portanto, era em nome disso tudo e daqueles que por lá tinham passado que tinham obrigação de proteger e de fazer alguma coisa, aquilo que estivesse ao nosso alcance, para voltar a dar dignidade àquele clube. Penso que aquela equipa era uma equipa também empenhada, mas atrevia-se a dizer que um pouco assustados. Só quem fosse irresponsável é que não estaria assustado num lugar daqueles, naquele momento. Como aquilo estava, só quem fosse irresponsável. Quem tivesse noção da situação das coisas e de como dar a volta às coisas, sabia que estava ali muito trabalho para fazer, muito trabalho por fazer. Estava muita gente empenhada e achava que iam dar a volta. Iam dar a volta todos juntos.

Era altura de unidade do município, não era altura de desunião de ninguém e muito menos de dizerem aquilo que não sabiam nas redes sociais, aqueles que só tinham coragem atrás de um computador. Estava na altura de as pessoas se unirem e de pensarem que este é o nosso maior clube. Este é um clube nacional, não é um clube qualquer. É um clube nacional com 110 anos de história e que, todos juntos, independentemente da raça, da cor, da religião, do partido, seja daquilo que for, estarmos com alguma tranquilidade e alguma paz. Só essa tranquilidade e a paz já ajudavam a quem tivesse que decidir, a quem tivesse que tomar decisões complicadas, umas mais, outras menos, mas era assim, e sem dinheiro ainda eram piores de tomar. Que eles tivessem a coragem de seguir em frente e, com a ajuda de todos e, também, da Câmara Municipal, que tinha essa responsabilidade, de reerguer aquele clube, para a memória de todos nós, dos nossos filhos e dos nossos netos, e que se orgulhassem daquele clube, de perceberem que, um dia, aquele clube tinha passado um Cabo das Tormentas, mas tinha passado. Todos tinham ajudado a passar esse Cabo das Tormentas e tinham tornado a colocar o Vitória no lugar que era seu por direito.

Em relação aos resíduos da Metalimex, não tinha a certeza, continuava-se a não ter a certeza dos resíduos. O Ministério do Ambiente é que tinha ficado, através da CCDR, de aferir isso. Não tinham informação, mas podiam perguntar. Nunca mais lhes tinham dito nada. Também tinha ficado a CCDR de notificar o Millennium para limpeza daquilo, o que ainda não tinha sido feito. A limpeza ainda não tinha sido feita, porque, de vez em quando, iam lá ver. Aferirem que aquilo eram, com toda a certeza, resíduos da Metalimex, não podia dizer isso. A Câmara não podia dizer isso. A CCDR tinha ficado de fazer o diagnóstico, de ter essa certeza e de mandar limpar e, portanto, multar o proprietário do terreno.

4

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que deixava uma recomendação. Não sabia se, eventualmente, a Câmara teria meios para isso – porventura, não teria -, mas seria, com certeza, parte interessada em solicitar a quem tivesse, que era verificar o impacto a nível de infiltração dos solos. Não sabia se havia essa informação, ou não, tinha-se esquecido de o referir, mas isso era o que mais preocupava, ou seja, os resíduos estavam lá, era verdade, mas, depois da sua remoção, havia um dano que ficava à mesma. Havia uma questão, que era não saberem, ainda, qual era o alcance e isso era muito importante apurar.

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Disse que, na altura, através da fiscalização, tinham feito as notificações e, depois, também tinham notificado a CCDR, a APA, etc. Portanto, a CCDR é que era responsável pelo processo. Inclusivamente, a arquiteta Teresa Almeida tinha dado uma entrevista uns tempos atrás, em que tinha falado sobre esse processo e tinha dito que estavam a ser feitas análises. Estava em crer que o impacto relativamente às questões de infiltração no solo também ia ser tratado.

Até à data, ainda não tinha chegado - pelo menos, que tivesse conhecimento - à Câmara essa informação. Aquilo que podiam fazer era tentar insistir e pedir um ponto de situação, porque, nessa altura, nessa entrevista, aquilo que tinha sido dito tinha sido que já estariam a decorrer as análises e seria uma coisa para breve. Podiam, então, fazer esse pedido de esclarecimento, esse ponto de situação.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de Manuel Carlos Casalão Zorro, conforme original arquivado em pasta anexa á presente ata, sob o registo n.º 14:

“A Câmara Municipal de Setúbal lamenta o falecimento de Manuel Carlos Casalão Zorro, músico e compositor, amigo do movimento associativo e com uma reconhecida carreira artística ao longo de 50 anos.

Manuel Carlos Casalão Zorro, nasceu em Beja, aos 2 anos de idade chegou a Setúbal e desta nossa terra, fez sua também. Manuel Carlos era um dos nossos e para sempre será recordado na memória coletiva.

Ao longo de 50 anos, integrou projetos como “Os Zulus”, “Os Hippies”, “Contágio”, “Bossa Grupo 5”, “Capricho 76”, “Banda de Cá”, “Grupo Típico Cantares do Sado” e o “Conjunto Típico Xico da Cana”, referência musical no concelho e ao qual permaneceu ligado até à extinção do mesmo.

Músico multifacetado, foi um notável intérprete da guitarra portuguesa, acompanhando vários artistas em digressões no país e junto das comunidades portuguesas.

Amigo do movimento associativo de Setúbal, no qual se envolveu diretamente, Manuel Carlos participou nas Marchas Populares, vencendo, em 2004, enquanto letrista, o concurso da Grande Marcha de Setúbal, numa composição com música de Artur Jordão.

Editou vários livros e discos de autores e artistas locais, integrava, atualmente, o Grupo Coral da Associação de Socorros Mútuos Setubalenses, do qual foi um dos fundadores.

Manuel Zorro recebeu inúmeras distinções, entre as quais a Medalha Honorífica da Cidade de Setúbal.

Os vereadores do PS na Câmara Municipal de Setúbal endereçam os sentidos pêsames à família enlutada e requerem que o nome de Manuel Carlos Casalão Zorro seja perpetuado numa das ruas da nossa cidade”.

Sr. Vereador Pedro Pina – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de Manuel Carlos Casalão Zorro, conforme original arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 15:

“A Câmara Municipal de Setúbal lamenta profundamente o falecimento, no passado dia 26 de dezembro, aos 71 anos, do músico Manuel Carlos Casalão Zorro.

Embora natural de Beja, viveu em Setúbal desde os 2 anos, tendo integrado projetos como “Os Zulus”, “Os Hippies”, “Contágio”, “Bossa Grupo 5”, “Capricho 76”, “Banda de Cá”, “Grupo

Típico Cantares do Sado” e, em particular, o “Conjunto Típico Xico da Cana”, referência musical no concelho e ao qual permaneceu ligado três décadas, até à extinção da formação. Músico multifacetado, foi notável intérprete da guitarra portuguesa, acompanhando vários artistas em digressões no país e no estrangeiro, nomeadamente na Europa e no Canadá. Profundamente envolvido no contexto cultural do concelho, participou nas Marchas Populares, vencendo, em 2004, enquanto letrista, o concurso da Grande Marcha de Setúbal, numa composição com música de Artur Jordão.

Manuel Zorro colaborou com a Câmara Municipal de Setúbal na realização de vários projetos, como a edição de dois CD das Marchas Populares e a composição do tema “A Mais Bela Baía”, criado no âmbito da inauguração da Casa da Baía.

Editou vários livros e discos de autores e artistas locais. Dirigia, atualmente, o Coro da Associação de Socorros Mútuos Setubalense e recebeu inúmeras distinções, entre as quais a Medalha Honorífica da Cidade de Setúbal.

A Câmara Municipal de Setúbal endereça à família enlutada sentidos pêsames”.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que se associavam aos dois votos de pesar.

Sr. Vereador Ricardo Oliveira – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de Maria do Carmo Lopes, conforme original arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 16:

“A Câmara Municipal de Setúbal manifesta profundo pesar pelo falecimento de Maria do Carmo Lopes, presidente da Junta de Freguesia de São Julião, em Setúbal, no mandato que decorreu entre 2001 e 2005.

Eleita pela CDU e militante do PCP, Maria do Carmo Lopes destacou-se como autarca empenhada na melhoria da cidade e do concelho, enquanto mantinha a sua carreira profissional ligada ao ensino, tendo sido professora nas escolas secundárias do Bocage e Sebastião da Gama.

Além de ativista sindical, foi, ainda, dirigente associativa na União Setubalense, evidenciando, uma vez mais, a entrega à cidade que escolheu para viver e trabalhar.

Pessoas como Maria do Carmo Lopes, que aceitam desempenhar ativamente cargos públicos, ficam na história das populações que serviram e merecem, por essa razão, o reconhecimento de todos e, acima de tudo, o agradecimento pelo empenhamento que colocaram no trabalho desenvolvido em prol da comunidade.

A Câmara Municipal de Setúbal endereça à família enlutada sentidos pêsames”.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que o Partido Socialista se associava àquele voto de pesar, no reconhecimento de uma mulher que se tinha dedicado à vida pública do concelho, enquanto professora e autarca, também.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que também se associavam àquele voto de pesar.

Sra. Presidente – Leu o seguinte voto de pesar pelo falecimento de Carlos do Carmo, conforme original arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 17:

“A Câmara Municipal de Setúbal manifesta profundo pesar pelo falecimento, no dia 1 de janeiro, do cantor Carlos do Carmo, poucos dias depois de ter completado 81 anos.

Mais do que as referências bibliográficas, o que importa recordar de Carlos do Carmo é a voz segura e tranquila, as novas abordagens ao fado que desde sempre praticou, que fizeram dele muito mais do que um fadista, e a permanente disponibilidade na demanda de um mundo melhor e mais justo traduzida nas causas que apoiou ao longo da vida.

Carlos do Carmo deixa-nos um legado de extraordinárias interpretações que constituem referências únicas da música portuguesa e que para sempre ficarão na memória coletiva do nosso povo. Fez-nos andar num amarelo da Carris, na cidade a ponto luz bordada, a menina e moça que tanto amou e onde tão bem soube cantar os putos, os índios capitães que,

quando a tarde caía, ida a revolta, se sentavam ao colo do pai a ouvi-lo a falar do Homem Novo que ele também quis ser.

Ele, que tão bem cantou o amor encontrado naquela Estrela Tarde que não havia certeza de ser a alegria ou a tristeza. Amor profundo cantado em palavras uma vez mais escritas por Ary dos Santos com a ajuda de Fernando Tordo, dois companheiros e camaradas que com ele caminharam nesta vida que não esqueceremos.

À família enlutada, a Câmara Municipal de Setúbal endereça sentidos pêsames”.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que se associavam, naturalmente, àquele voto de pesar a Carlos do Carmo, um homem da cidade de Lisboa, mas uma voz de todos nós. Endereçavam, também, os sentidos pêsames ao PCP pelo Carlos do Carmo e pela Maria do Carmo, bem como às famílias dos dois.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que, naturalmente, também se associavam àquele voto de pesar.

A Sra. Presidente propôs e fez-se um minuto de silêncio.

Sra. Presidente – Disse que queria informar que a Casa da Baía tinha ganho o prémio “*Excelência da Marca 2020*”, atribuído pelos Travel and Hospitality Awards (THA) e a categoria “*Excelência*” em “*branding*” da marca referia-se a “*qualquer empresa, serviço ou produto efetivamente comercializado e com capacidade de chamar a atenção do público, conteúdo e informações consideradas excelentes pelos utilizadores e utilizando com sucesso os media sociais, adaptando-se a novos desafios e, acima de tudo, mantendo o elemento de consciência da marca*”.

Aquele prémio distinguia “*as experiências consideradas autênticas, únicas, originais e enriquecedoras para a estadia, assim como para a descoberta do local de destino turístico*”.

A Travel era uma organização composta por entusiastas do mundo das viagens, “*bloggers*” e profissionais do turismo. A seleção dos vencedores era feita através da própria análise do THA, da avaliação de comentários e da avaliação dos hóspedes e utilizadores. Os patrocinadores e os parceiros do prémio eram o Visit Portugal, o Turismo da Áustria, a China Airlines e o Turismo do Japão.

Aproveitava, também, para dizer que os elevadores do Hotel Meliá, a pedido da Câmara, tinham sido decorados com reproduções dos quadros que estavam no Convento de Jesus, que eram lindíssimos, e, de facto, já tinham tido também direito a um prémio. Esse trabalho tinha ficado concluído a 23 de dezembro e o Meliá estava muito satisfeito com o resultado e os turistas, os poucos que lá iam, também.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 18 de novembro de 2020

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na referida reunião.

Sr. Vice-Presidente – Fez a seguinte declaração de voto e o seguinte requerimento:

“Querida fazer uma declaração de voto e um requerimento. A declaração de voto é que a ata já foi votada em minuta, as deliberações da ata da reunião foram votadas em minuta, e eu confirmo a votação das deliberações em minuta.

No entanto, quero expressar o lamento de não ter sido possível a transcrição da ata na parte referente ao período de intervenção do público. No sentido da preservação da prova, queria fazer um requerimento de que seja preservada a gravação áudio do período desta ata, desta

4

reunião ordinária de Câmara, e, do período da intervenção do público, que me seja facultada cópia da gravação áudio”.

Sra. Presidente – Disse que devia ser feita cópia da gravação para dar ao Sr. Vice-Presidente.

2. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 02 de dezembro de 2020

A Sra. Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na referida reunião.

3. Deliberação n.º 01/21 – Proposta n.º 01/2021 – DAF/DICOR – Contratação de Empréstimo de Curto Prazo – 2021

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 18 a 21, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 9 votos a favor (7 da CDU e 2 do PS) e 1 abstenção, do PSD.

Entrou na sala o Sr. Vereador Fernando José.

4. Deliberação n.º 02/21 – Proposta n.º 02/2021 – DAF/DICONT – 15.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa – Ratificação

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 22 e 23.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, e 4 abstenções (3 do PS e 1 do PSD).

5. Deliberação n.º 03/21 – Proposta n.º 03/2021 – DAF/DICONT – 16.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa, 3.ª ao Orçamento da Receita, 14.ª ao Plano de Atividades e 13.º ao Plano Plurianual de Investimentos – Ratificação

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 24 e 25.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, e 4 abstenções (3 do PS e 1 do PSD).

6. Deliberação n.º 04/21 – Proposta n.º 01/2021 – DRH/DIGAT – Processo Disciplinar n.º 15/2020-DRH/DIGAT/GC contra Daniel João Rocha Ventura

O Senhor Vice-presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 26, não tendo havido discussão sobre a mesma.

h

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, por escrutínio secreto, tendo a mesma sido aprovada por maioria e em minuta, com 8 votos a favor (“SIM”), 2 votos contra (“NÃO”) e 1 voto em branco.

7. Deliberação n.º 05/21 – Proposta n.º 02/2021 – DRH/DIGAT – Gestão dos Recursos Humanos em função do Orçamento e do Mapa de Pessoal aprovados para o ano de 2021/Montante dos Encargos

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 27, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 10 votos a favor (7 da CDU e 3 do PS) e 1 abstenção, do PSD.

8. Deliberação n.º 06/21 – Proposta n.º 01/2021 – DOM/GAGIAS – Atualização para o ano 2021 do Tarifário de Venda de Água, Saneamento e Outros Serviços e Revisão de Listagem de Preços Unitários para a Execução de Obras e Ramais – Ratificação do despacho da Sra. Presidente da Câmara

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 28 e 29.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que o Partido Socialista, relativamente àquela proposta, tecnicamente, não tinha capacidade de fazer uma avaliação, para perceber se estava tecnicamente bem-feita, ou não. Entendiam que sim, os serviços certamente teriam feito essa avaliação, mas, o mais importante para eles, relativamente à concessionária Águas do Sado, continuava a ser dívida de 30 milhões, que continuava por cobrar.

Relativamente a essa matéria, já quase tinham passado 20 anos sobre a mesma dívida e aquilo que sabiam, aquilo de que tinham conhecimento, era que a resolução estava longe de ser alcançada.

Se a Sra. Presidente pudesse explicar, gostaria de saber qual era o ponto de situação, relativamente a essa dívida das Águas do Sado, dado que aquele contrato autárquico estava a terminar e o contrato da concessão também. Tinham sido 25 anos e faltavam, salvo erro, 2 anos para terminar e aquele buraco nas contas da autarquia continuava por resolver.

Portanto, era uma questão que para eles era importante e gostariam que fosse, primeiro, solucionada, e, não o sendo, saber quais eram as razões que estavam por detrás desse impasse que durava já há duas décadas, praticamente.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que estavam a chegar ao final do contrato e estava na altura de fechar a concessão dia 16 de dezembro de 2022. Estavam a acompanhar esse processo e estavam a tomar medidas para poder fazer não só uma avaliação económica, mas, também, uma avaliação funcional de outras soluções de gestão e, por outro lado, criar condições para fechar, de uma forma adequada, esse contrato. Portanto, estavam a trabalhar nisso.

Não tinha mais nada a dizer sobre isso, estavam a trabalhar nisso e logo que tivessem notícias mais consistentes apresentariam, para reflexão do conjunto do coletivo da Câmara, porque essa era uma matéria cuja evolução exigia decisão da Câmara. A evolução, fosse ela qual fosse. Portanto, era uma matéria que seria apresentada na altura oportuna, com a informação toda, para os senhores vereadores poderem analisar, preparar-se e, depois, com eles, construírem uma solução para o futuro.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Disse que isso, se calhar, não sabia se justificaria o aumento da tarifa numa fase daquelas, porque isso ia criar maior sobrecarga sobre os consumidores, obviamente. Havendo essa dívida e sendo as Águas do Sado devedora à autarquia, se não se poderia arranjar uma solução que não trouxesse maiores encargos aos municípios do concelho.

Sra. Presidente – Disse que, primeiro, era preciso não esquecer que tinha sido o Partido Socialista que tinha feito essa concessão ruinosa para o município, porque, depois, se não dissesse isso, dava a ideia de que tinham sido eles que tinham feito a concessão e de que estavam a deixar passar isso. Não esquecer que tinha sido o Partido Socialista que tinha feito uma concessão leonina e ruinosa para o município. Era preciso não esquecer que foi aquele município que já tinha feito um tribunal arbitral, contra as Águas do Sado, que tinha posto as Águas do Sado em tribunal e tinha ganho a ação. Era preciso não esquecer isso.

Era preciso não esquecer, como já tinha dito ali, que as Águas do Sado não assumiam a cláusula, que tinha sido feita na concessão assinada pelo Partido Socialista, relativamente à alteração da fórmula do cálculo, que dizia que, a partir do ano “x”, a renda não era essa, era outra. As Águas do Sado diziam que não tinha sido assim e não tinha sido assado. Já tinha dito uma vez que estavam em contencioso em relação a esse valor. Não podiam chegar e apontar uma espada às Águas do Sado e dizer: *“Não pagas, isto resolve-se de outra forma”*. Era isso, exatamente, que estavam a fazer.

Era estranho que o Partido Socialista não entendesse que tinham, independentemente de isso não estar a ser cumprido - isso iria ser resolvido em sede própria, tinha que ser resolvido em sede própria -, não entendesse que havia outras cláusulas do contrato ou diretivas da própria ERSAR que diziam que o tarifário tinha de ser atualizado anualmente. Eram diretivas da ERSAR, não eram da Câmara, e, naquele caso, nem era sequer das Águas do Sado, eram da ERSAR.

Era bom que essa veemência, essa preocupação - que também era uma preocupação deles e estavam a andar com ela -, que essa preocupação se refletisse relativamente aos resíduos, que ainda no dia anterior a vereadora, já era uma da manhã, quando estavam na reunião deles de vereação, a vereadora dizia: *“No próximo dia não-sei-quantos, vamos começar a pagar mais não-sei-quantos milhares de euros no tarifário dos resíduos, na deposição dos resíduos”*, naquela vergonha do sistema que tinha saído relativamente à Amarsul, em que tínhamos passado para 32 euros a deposição da tonelada.

O outro, que era o mais caro, tinha sido ali colocado pela vereadora, duas ou três reuniões atrás, e, de facto, não se ouvia o Partido Socialista perguntar: *“Quanto é que vai ficar a tarifa para os lixos, para os resíduos. Quanto é que vai ficar?”* Sim, porque eram os municípios que, depois, tinham que pagar aquilo tudo. Não se ouvia dizer nada ao Partido Socialista ali, porque, felizmente, o Partido Socialista, noutras câmaras municipais, eram eles que tinham a presidência das câmaras e que estavam a fazer esse combate, relativamente a essa tarifa, que era bem mais grave do que aquela. Aquela era grave, mas a outra era muito pior do que aquela. Quanto àquela, tinham que cumprir decisões da ERSAR, legislação, etc, mas a outra era bem pior. Era bom que não se esquecessem, porque, se não, apareciam alguns vereadores a colocar essa questão e bem e eles diziam: *“Estamos a tratar e a ela não pode deixar de ser tratada no fecho da concessão”*. Não fechavam a concessão e diziam: *“Agora, não pagam nada”*, como era óbvio, sem falarem de quem tinha tido a responsabilidade disso.

A administração atual das Águas do Sado dizia: *“Mas nós não temos a culpa que tenham posto esta cláusula assim”*. Pois, mas eles também não tinham: *“Os senhores não estavam cá, mas nós também não estávamos, e, portanto, nós temos que receber. Os contratos são para se cumprir, vocês têm que pagar”*. Portanto, estavam a tratar disso, mas isso tinha rostos, tinha nomes, e convinha que fossem ditos os nomes e os rostos das pessoas que tinham feito isso.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que os contratos também se podiam denunciar, os contratos também se denunciavam. A Câmara Municipal de Setúbal tinha, naquele momento,



a haver 30 milhões de euros das Águas do Sado. Tinha sido isso que a Câmara Municipal de Setúbal tinha feito refletir no Orçamento de receita. Portanto, se as Águas do Sado tinham uma dívida a rondar os 30 milhões de euros, naquele momento, à Câmara Municipal de Setúbal, a Câmara Municipal de Setúbal já podia ter jogado mão de um instrumento de denúncia e feito cessar esse contrato de concessão.

Aliás, na campanha eleitoral de 2000, o então candidato Carlos Sousa, que veio a ser, depois, presidente da Câmara Municipal, tinha anunciado na Feira de Sant'Iago, ainda realizada no Largo José Afonso, que, ganhando a CDU a Câmara Municipal de Setúbal, que a água regressaria à Câmara Municipal de Setúbal, os serviços de saneamento e de água regressariam à Câmara Municipal de Setúbal. Tinha dito isso junto da população e, de forma muito efusiva, junto dos trabalhadores. O seu pai tinha sido trabalhador da Câmara, trabalhador das Águas do Sado, e tinha ouvido e repetiu isso várias vezes, de o então candidato Carlos Sousa, que iria reverter essa situação. Tinham-se passado 20 anos e essa situação tinha-se mantido. Tinha-se mantido, entretanto, com uma revisão no mandato.

Como a Sra. Presidente sabia até melhor do que ele, porque tinha estado diretamente envolvida nessa negociação, tinha havido uma negociação no mandato de 2009/2013, relativamente à revisão de algumas cláusulas. Quando a Sra. Presidente falava que o contrato que tinha sido feito, na altura, pela gestão do Partido Socialista, o Presidente Mata Cáceres, tinha sido um contrato leonino, perguntava à Sra. Presidente: *"Então, o que dizer da revisão que foi feita?"* A Sra. Presidente já poderia estar esquecida, mas ele jamais se iria esquecer daquilo que tinham passado naquela reunião em que a Sra. Presidente e os vereadores da maioria tinham trazido à reunião da Câmara o projeto de revisão desse contrato de concessão.

A Sra. Presidente, certamente, estaria esquecida de quando, à margem desse texto, vinham umas adendas em que as Águas do Sado diziam, por exemplo: *"Sra. Presidente, esta é a melhor forma de defender a Câmara Municipal de Setúbal de possíveis obras que possam vir a ser feitas"*. A Sra. Presidente, certamente, estaria esquecida das adendas que estavam na revisão desse contrato, mas ele não estava esquecido. Não só não estava esquecido como tinha, ainda, consigo esse contrato que tinha sido trazido a reunião da Câmara, com essas mesmas adendas.

A Sra. Presidente devia estar esquecida que, nessa mesma reunião, tinha interrompido a reunião e que, lá atrás, tinha pedido desculpa por aquilo que tinha acontecido, que teria sido um erro dos serviços. A Sra. Presidente não deveria estar esquecida dessa situação, em que essa reunião tinha sido interrompida e, lá atrás, tinha pedido muitas desculpas aos senhores vereadores da oposição, porque o que tinha acontecido tinha sido, realmente, um erro grosseiro e isso tinha envergonhado a Sra. Presidente, porque eles tinham ficado a saber, através de adendas, que havia juras de amor entre a Câmara Municipal de Setúbal e as Águas do Sado. Se calhar, por isso, essa questão dos 30 milhões ainda estava por resolver.

Não sabia se a Sra. Presidente se recordava disso, certamente que algum dos vereadores lhe poderia avivar a memória, mas a verdade é que essas adendas, essas sim, tinham sido vergonhosas. Sra. Presidente, aí sim, perguntava-lhe, se considerava o contrato leonino, então o que dizer dessa revisão que tinha sido feita e das adendas que lhe tinham enviado.

Portanto, concluíam dizendo que não iriam votar, obviamente, favoravelmente aquela proposta que tinha sido trazida. Entendiam que não havia motivo para que a tarifa da água fosse atualizada, até porque podia ser feito um acerto com as Águas do Sado.

Ficavam a aguardar que o Sr. Vereador Carlos Rabaçal ou a Sra. Presidente lhes trouxessem, então, informações sobre essa possível revisão ou renovação do contrato, ou, então, a cessação. Não sabiam o que é que estava a ser negociado. Deviam, então, aguardar, mas, naquele caso, o voto do Partido Socialista seria um voto contra.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que tinha dito o que tinha que dizer e achava que era o que tinha que ser dito numa reunião daquele tipo, naquela fase de que estavam a tratar, porque havia coisas que tinham que ser tratadas de forma adequada. Podiam começar ali a avançar cada um com as suas ideias, sugestões, opiniões e propostas, mas havia estudos

que estavam a ser feitos que lhes permitam, depois, consolidar a opinião, os caminhos, as soluções, as litigações, tudo o que fosse preciso. Não valia a pena estarem ali a acentuar isso.

De qualquer maneira, só queria dar uma nota: Tinha ideia que esse processo de revisão não tinha avançado, porque estava associado a uma adaptação. Não se lembrava de ter estado nessa discussão, mas talvez até tivesse estado. Esse processo não tinha avançado. Tinha sido analisado e o que estava em causa era uma adaptação do contrato à nova legislação e, por essa via, tinha-se encaminhado mesmo numa adaptação/revisão mais profunda. Esse processo não tinha avançado de todo e o contrato em vigor era o que estava em vigor.

Não tinha havido nenhuma alteração, tinha havido só um ajustamento ao contrato, por causa da articulação com o tratamento dos esgotos de Azeitão, na Quinta do Conde. Tinha sido a única coisa que tinha evoluído. Quanto ao resto, tinha-se feito um documento de trabalho em que a revisão não tinha avançado. Tinha avançado uma adaptação ao Decreto-Lei 194 e, entretanto, as Águas do Sado não tinham subscrito completamente essa alteração. Tinham enviado isso para a ERSAR e tinha ficado assim. Portanto, era um processo que nunca tinha chegado a ser fechado, de todo, e, muito menos, feita a revisão que estava proposta.

Sendo assim, o que estava em vigor, com o ajustamento da Quinta do Conde e com os ajustamentos tarifários do Tribunal Arbitral, era o contrato original. O que estava em vigor era o contrato original com o ajustamento foi para a Quinta do Conde mais os ajustamentos impostos pelo Tribunal Arbitral, em relação ao tarifário, sobretudo da área dos esgotos.

Portanto, era nesse quadro que estavam a trabalhar. A base de trabalho era sempre o contrato original e era nessa base que estavam a tentar encontrar as interpretações adequadas - e havia opiniões consistentes num sentido e noutra - e encontrar a resposta adequada para o fecho da concessão de uma forma que defendesse o interesse público. Era isso que estavam a tentar fazer.

Podiam continuar a conversar, mas o que interessava mesmo era, sobre esse assunto, que era um assunto muito sério e muito delicado, encontrar um caminho que, depois, pudesse permitir que o executivo se pronunciasse de uma forma consistente, apoiada em dados, em factos e tomar as suas opções, porque, aí, eram opções daquele executivo.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Disse que, por mais interessante que pudesse parecer a discussão no que dizia respeito ao passivo e ao valor que estado inscrito no Orçamento, não se ia pronunciar sobre ela. Já tinha havido um tempo para isso e, portanto, sobre isso, naturalmente, já conheciam a opinião deles. Mais importante do que a opinião deles era, naturalmente, uma solução para esse problema.

Contudo, não gostariam de deixar chamar a atenção que, no que dizia respeito ao valor que ali era inscrito, havia um passivo, havia um valor, havia, com certeza, tarifas a serem aplicadas, mas era muito importante terem por base algo que era a base desse serviço, que era a atualização de uma infraestruturas. Isso acarretava custos e, portanto, havia, naturalmente, alguma referência na proposta à infraestruturas, mas achava que seria para futuras ocasiões. Enfim, sabiam lá eles quando é que elas viriam e quem é que ali estaria, mas, ainda assim, ficava o registo, pelo menos, para que, publicamente, pudesse ser dada essa explicação, porque era importante que se percebesse que o fornecimento de água estava associado a uma infraestruturas e essa infraestruturas tinha custos de manutenção, de obras.

O Sr. Vereador Rabaçal que o corrigisse se assim não fosse, mas, se não estava em erro, esse era um dos pontos de discórdia. Portanto, nem sabiam com clareza - da parte do PSD - aquilo que poderia vir a ser a necessidade de intervenção ou aquela que até já tinha sido realizada e que estava em disputa com as Águas do Sado. Se havia uma esclarecimento futura a ser feita, no que dizia respeito à questão Águas do Sado, na Câmara Municipal de Setúbal, que, depois, nessa ocasião, não se esquecessem, também, de uma noção que pudesse vir a ser dada sobre aquilo que era o plano de intervenção nas infraestruturas a serem realizadas no futuro, porque isso era fundamental, porque se iria sempre herdar esse peso.

4

Portanto, era só para dar essa nota, porque, naturalmente, era bastante pertinente, porque se refletia, depois, no custo das tarifas.

Sr. Vice-Presidente – Disse que havia dois temas que eram importantes para a população e para o Município que não eram como a água e o azeite, mas não eram misturáveis. O que o Sr. Vereador Fernando José tinha feito tinha sido misturar dois temas que eram completamente separados. Como tinha obrigação de saber, sabiam todos, uma coisa era o regime de atualização dos tarifários das águas e do saneamento, que tinha um regime próprio. O que Sra. Presidente tinha dito tinha sido que era a entidade reguladora que determinava e que averiguava se, para as águas e saneamento, assim como para a eletricidade e para outros serviços essenciais, como para os resíduos, como tinha sido referido, os tarifários estavam a ser atualizados de acordo com o regime jurídico que o poder político, em determinado momento, determinava, como tinha determinado - como muito bem referiu a Sra. Presidente -, no caso dos resíduos, aquele aumento – julgava que nisso o PSD estava inocente, não se recordava bem julgava que estava inocente – que tinha sido, por proposta do PAN, aquela a atualização que tinha sido aquele aumento disparatado, incomportável para a população, que era a taxa de gestão de resíduos, que tinha sido para o dobro. Isso era comportável.

Isso tinha sido um ato político que tinha uns efeitos que, depois, não comportavam as reclamações dos senhores vereadores, na atualização anual que ia sendo feita. Não era compatível. Quem estabelecia o regime jurídico da atualização dos tarifários dos serviços públicos essenciais não podia, depois, vir reclamar de ele ser aplicado pelos operadores, no caso do Município, que os estivessem a colocar em prática segundo as normas legais que o poder político tinha determinado. Não o podia fazer, não era legítimo.

Não podia, também, vir ninguém reclamar porque havia um contencioso em aberto com um concessionário, que não estava fechado. Como tinha explicado o Vereador Rabaçal, tinha sido aberto um processo de negociação, com dois objetivos: A atualização legal do regime das concessões, que tinha sido alterado em 2009, e o encontro de contas, que não estava fechado, como já tinha sido dito. Até ao final da concessão, tudo fariam para o fechar, para chegar a uma conclusão.

Era óbvio que essa conclusão só podia ser assumida pela deliberação dos órgãos do município. Haveria de ser, naturalmente, a Câmara, de certeza, e, também, a Assembleia. Portanto, não seria uma mera informação, seria uma participação na deliberação. Esse processo não estava concluído e, quanto à concessão que estava a decorrer, estavam a fazer todos os esforços para fechar até ao final, mas, esse processo, que era um litígio que decorria entre concedente e concessionário, não era passível de ser sujeito a um encontro de contas: *“Então, vocês não aumentam a tarifa e nós deduzimos naquilo que nos devem”*.

Essa era uma gestão de conversas de café, não era de gestores políticos. Portanto, não era misturável. O que estavam a debater era, apenas, o aumento do tarifário e era sobre isso que se deviam pronunciar.

O outro tema, legitimamente, devia ser objeto das preocupações deles, mas era um tema à parte. Era um tema entre concedente e concessionário, cuja raiz estava nos agentes ou nos correlegionários dos membros do Partido Socialista, que, de facto, tinha iniciado esse processo, que tinha consequências difíceis de interpretação e de aplicação, das quais estavam, naquele momento, na fase final da concessão, até à fase final da concessão, sujeitos a elas.

De facto, a raiz do problema estava na maneira como tinha sido feita a concessão, nos termos, nas cláusulas que lá tinham ficado acordadas. Portanto, estavam a sofrer essas consequências, mas deviam sofrê-las todos até ao fim, que não se de solidarizassem das deliberações políticas que, no início do processo, tinham tomado.

Sra. Presidente – Disse que já estavam com saudades de começar o ano e não começar com o Vereador Fernando José, que tinha começado da melhor forma, ao seu melhor estilo. Não podia ser de outra forma: A arrogância, a prepotência, a mentira – a mentira, acima de

4

tudo. Tinha sido assim que ele tinha começado. Tinha sido um Bom Ano. Tinha que dizer isso, para que ficasse registado. Um Bom Ano, com a mentira, com a prepotência, ao seu estilo. Fazia sempre isso assim, à laia de suspeição, de uma forma, essa sim, vergonhosa, com essa laia de suspeição: *“A Sra. Presidente disse que era uma vergonha aquilo que estava de lado, não-sei-quê, não-sei-quantos”*.

Não se lembrava exatamente dos termos que estavam lá, o que é que tinha sido enganado, o que é que tinha deixado de se enganado. De certeza que não tinha sido nenhuma vigarice, que não tinha sido nada contra a lei, que tinha sido algum erro dos serviços, que, se calhar, tinha tido a humildade de pedir desculpa, se tinha havido algum erro dos serviços. Mas, se tinha vindo essa alteração – estava a lembrar-se de umas coisas e com umas setas vermelhas, salvo erro, umas coisas de lado -, era a alteração legislativa, porque nunca tinham conseguido fazer revisão do contrato e tinham sido feitas inúmeras tentativas, por parte de quem tinha o processo da Câmara.

Na altura, o vereador que tinha o processo era o Vereador André e sabia aquilo que estava a dizer era verdade. Inúmeras tentativas, porque ele é que tinha estado na linha da frente com milhentas reuniões, com a direção das Águas de Portugal, com o Ministro do Ambiente, com essas entidades todas.

O processo tinha passado já para as mãos do Vereador Rabaçal, que também tinha feito inúmeras reuniões, relativamente a isso, que, entretanto, tinha tido um processo de tribunal arbitral. E, como ele dizia, era à laia de suspeição: *“A senhora até disse que era uma vergonha”*. Se tinha dito que era uma vergonha tinha sido porque alguma coisa não estava bem indicada relativamente ao articulado ou tinha havido algum engano por parte dos serviços.

Estavam a falar de alteração ou de esconder alguma coisa que estivesse no contrato de concessão que, vergonhosamente, eles tinham feito? Estavam a esconder aquilo que, vergonhosamente, o Governo do José Sócrates tinha feito, em relação às Águas do Sado? Contasse aos setubalenses o que o Engenheiro José Sócrates tinha feito em relação às Águas do Sado. Tinha-a vendido às escondidas. Antes de se ir embora, o engenheiro ou doutor José Serra tinha vendido aos privados a parte do capital social das Águas de Portugal que tinham nas Águas do Sado, para poderem fazer essa alteração substancial, para que a parte que cabia à alta das águas fosse para a Simarsul. Tinham-nos ludibriado para entrarem no sistema, tinham-nos enganado para entrarem no sistema. Já tinha dito isso 500 vezes. A Câmara Municipal de Setúbal tinha tido que pedir dinheiro, no contrato de reequilíbrio financeiro, para entrar com 3.250 mil euros na participação do capital social.

Até àquele momento, os sucessivos governos ainda não tinham resolvido isso. Isso já devia ter sido resolvido se a promessa do senhor Primeiro-Ministro José Sócrates se tivesse concretizado, ou seja, se tivesse sido vendida ou adquirida, pelas Águas de Portugal, a parte da Câmara da concessão em alta, para entrar na Simarsul. Tinha mentido e tinha vendido tudo. Passados quase 20 anos, ainda não tinham recuperado os 3.250 mil euros.

Era isso que o senhor vereador tinha que dizer. Podia ser que, com esse dinheiro, conseguissem denunciar, naquele momento ou um ano atrás. Denunciar há 20 anos com 3.250 mil euros era impossível. Nem podiam ter denunciado se tinham entrado com parte do nosso capital social na Simarsul, que nos fazia tirar parte daquele contrato de concessão, que entrava num sistema intermunicipal de tratamento de águas. Isso é que o vereador não contava, fazia, assim, à laia de, simulando que: *“Há aqui qualquer coisa na nuvem, qualquer coisa na penumbra”*.

Tinha sido o que tinha feito o ex-ministro de Portugal relativamente a Setúbal e tinha feito com muito mais coisas. Era isso que eles não contavam, isso é que tinha que ser equacionado e tinha que ser bem escalpelizado. Eram essas coisas todas que estavam em cima da mesa, que tinham que ser discutidas, tinham que ser escrutinadas, e que as próprias Águas do Sado também punham em equação.

Não se conseguia fazer uma denúncia assim, em cima do joelho e *“por dá cá aquela palha”*. Depois, como tinha dito o Vereador Manuel Pisco, misturava o cumprimento da lei, que era a alteração do tarifário, que eles também tinham feito, neste aumento regular deste sistema,

daquele sistema, do outro sistema, não interessava qual. Mas, isso, não os tinham nunca visto a defender, a devolução a Setúbal dos 3.250 mil euros havia quase 20 anos. Isso nunca os tinham visto defender, nem nunca os tinham visto defender com seriedade o que estava por resolver do litígio com o contrato de concessão das Águas do Sado. Isso era o estilo do Vereador Fernando José.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que agradecia, uma vez mais, a forma como a Sra. Presidente continuava a dirigir-se à sua pessoa. Isso só demonstrava a elevação com que dirigia as reuniões da Câmara, mas isso estava quase a chegar ao fim, também. Portanto, não valia a pena perderem muito mais tempo com essa troca de argumentário.

Só para ficar bem claro, a Sra. Presidente não tinha dito que era uma vergonha. Quem tinha dito que era uma vergonha tinha sido ele. O que tinha sido uma vergonha tinha sido aquilo que tinha acontecido na reunião da Câmara do mandato de 2009/2013, em que a Sra. Presidente tinha trazido uma proposta de revisão do contrato e, numa das cláusulas que tinha essa proposta de revisão, à margem da proposta, vinha uma troca de correspondência entre a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal e as Águas do Sado. Numa dessas propostas, numa adenda à margem, dizia lá, de forma bem clara: *“Esta é a redação que melhor defende a Sra. Presidente da oposição. Esta é a melhor forma que a autarquia tem de nos dizer as obras sem que a oposição se aperceba”*.

Essa adenda, que tinha vindo junto a essa cláusula, é que era uma vergonha. O que tinha perguntado à Sra. Presidente tinha sido: *“Se diz que o contrato que o Partido Socialista fez era um contrato leonino, eu pergunto: Essa revisão que foi feita, cuja proposta nos foi aqui apresentada com essas adendas, que vieram, indevidamente, parar às mãos da oposição e que a Sra. Presidente se apercebeu disso. Depois, interrompemos a reunião, fomos lá atrás e a Sra. Presidente não disse que era uma vergonha, pediu foi desculpa, por se sentir envergonhada pelo facto de a oposição ter”*.

Só para concluir, tinha sido ele que tinha dito que isso tinha sido uma vergonha, as adendas a que a oposição tinha tido acesso e que diziam, de forma clara – por isso é que dizia que eram cartas de amor, juras de amor eterno -, à margem do contrato (vinha lá dito): *“Esta é a melhor forma que a Sra. Presidente tem de se defender da oposição”*. Portanto, tinham sido as Águas do Sado que tinham dito à Sra. Presidente como é que melhor se podia defender da oposição. Essas adendas tinham ido parar à mão da oposição no mandato 2009/2013.

Isso é que tinha que ser dito aos setubalenses, não era a Sra. Presidente ir buscar o Sócrates, o António e o Manuel. Tinha que falar era disso e de ir contar isso aos setubalenses. Essa era uma história que tinha que ser contada aos setubalenses, não eram as histórias do José Sócrates, porque essas todos os setubalenses e os portugueses conheciam.

Sra. Presidente – Disse que podia pôr desde logo nas redes sociais, que era para eles contarem o resto.

Sr. Vereador Fernando José – Disse que a questão das adendas já tinha saído nas redes sociais. A Sra. Presidente tinha reconhecido isso. A reunião tinha sido interrompida e tinham ido lá atrás. Já se teria esquecido disso? Estava tão vivo na memória dele. Tinha memória seletiva.

Sra. Presidente – Disse que não se lembrava disso, mas não tinha sido crime nenhum. O que eles tinham feito é que tinha sido crime. Isso é que tinha sido crime, o dinheiro que lhes tinham tirado. Havia 20 anos que estavam para receber. Isso não tinha problema nenhum. Nada. Não era vergonha nem era crime, nem tinham problema nenhum.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, e 4 votos contra (3 do PS e 1 do PSD).

4

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sra. Olga Prudência Canoa – Fez a seguinte intervenção: *“Vinha aqui porque precisava de uma casa urgente. Há 14 anos que estou inscrita na Câmara e não tenho onde morar. Vivo na carrinha. Ando lá, vou lá várias vezes e ninguém me atende, ninguém me ouve. Tenho 3 crianças menores. Já não sei o que hei-de fazer. Peço só que me ajudem a arranjar um teto qualquer, não me importo”.*

Sra. Presidente – Disse o seguinte: *“Aqui não consigo dar resposta. Tem que ir aos serviços. Tem que falar mesmo ou agora, no fim, fala com o Vereador Rabaçal, que está a dizer que são muitos processos que lá estão, não é um nem dois. São muitas pessoas. Agora, quando acabar a reunião, fala aí um bocadinho com ele, que é para lhe dar os dados do processo e o número do processo”.*

Sr. Augusto Cruz – Fez a seguinte intervenção: *“Ponto 1. Como é sabido e repetido, Sra. Presidente, pretendo que não se esqueça de gravar, pelo menos, a partir deste momento, todos os esclarecimentos desta minha informação pública, conforme os meus direitos de cidadania.*

Ponto 2. Devo esclarecer que, na última sessão pública, efetuada no dia 2 de [dezembro] de 2020, fiquei totalmente admirado pela forma que o senhor famigerado Manuel Pisco, atual Vice-Presidente da Câmara, não ter fugido às suas responsabilidades, isto é, como sendo um dos introdutores de quem me atraíram perante as garras do pleno acordo efetuado arcano, sinónimo de comum acordo de segredo profundo, ao atraioamento em conjunto com os citados elementos Duarte Machado, do PSD, acrescido do famoso Engenheiro Dâmaso, elemento do PCP, também, ao lançarem para os planos maquiavélicos da famosa Juíza Graça Fernandes, planeado perante a ação de arcano – segredo profundo, volto a repetir -, como autênticos criminosos da responsabilidade e imoralidade.

Ponto 3. Em conquanto eu sempre defendi claramente os interesses gerais do país, vocês venderam-se à grave situação do país, que é sempre e sempre foi a gravidade da corrupção. Parece de que está tudo institucionalizado.

Ponto 4. Por que é que vocês não contaram à famosa Juíza Graça Fernandes de que, quando eu estava a defrontar o famoso corrupto Presidente da Câmara Mata Cáceres, quando o mesmo se insurgiu à frente de vocês todos, insultando a nossa Constituição, quando frisou de que se estava marimbando para a Constituição - e vocês estavam presentes, têm que se lembrar -, frisando, de novo, se acaso sabia o que na realidade sabia do que estava a insinuar, voltando a repetir de que eu parecia-lhe que não tinha ouvido e voltou a repetir a mesma frase, de que se estava marimbando para a Constituição, quando me voltei para todos os vereadores que frisei, no geral: “Quem é que se submete a esta declaração?” Todos, mas mesmo todos silenciaram, e devo acrescentar de que fiquei estupefacto, mas, ao mesmo tempo, fiquei com outra ideia, mas, dessa feita, quem a resolveu fui eu.

Portanto, passado 15 dias, aconteceu o seguinte: De como costume, ao fim de 23 anos, quando sou chamado ao meu tempo para intervir decerto que deixei a todos, mas mesmo todos, os presentes totalmente perplexos, quando comecei a retirar aqui todos os elementos que estavam em cima da secretária e que, depois de limpa, a própria superfície e assim comecei a pôr a bandeira nacional, após estendida e aprumada. Fui junto do mesmo, portanto, o Presidente Mata Cáceres, e disse-lhe: “Há 15 dias, o senhor frisou de que se estava marimbando, repetindo, para a nossa Constituição, um dos símbolos nacionais”, disse-lhe, “e devo-o informar ou frisar-lhe - perante a nossa bandeira nacional, informei-o - de que tinha jurado bandeira nacional no dia até 10/10/1961, na Base Aérea n.º 6 – Ota. Portanto, frisei-lhe: “Diga lá se se está marimbando para a bandeira Nacional”. Voltei a repetir, porque o

mesmo tinha repetido a mesma frase. Enfim, estavam todos os vereadores, com as pessoas que iam assistir às sessões públicas, aqui em cima.

Ponto 6. A partir daqui, nunca mais se insurgiu, inclusive deixou de me ofender, inclusive nunca mais tentou galvanizar as tentativas de corrupção, tal como todos o sabem. Eu deslocava-me com todo o prazer quando chegava às partes de mais acentuadas. Isto é outro ponto que eu trago aqui (...). Eu, entretanto, escrevia e dava-me bem com a Doutora Joana Marques Vidal e mandava-lhes cartas do que se passava aqui no tribunal. E, então, ela mandava as cartas azedumadas, mandava-as para aqui, para os ministérios públicos, e eles chamavam-me. Portanto, eu deslocava-me com todo o prazer junto dos delegados do Ministério Público. Quando chegam às partes acenturais sobre factos, eu lia as partes mais duras com determinada ênfase, com prazer, e olhava-os para os mesmos. Olhava para eles, para ver se eles me respondiam. Ficavam impávidos e serenos. Olhava-os com uma determinada ação de metoposcopia. Assim que acabava de ler, eram rápidos de saídas. Diziam que cerca de 20 minutos voltavam, mas levavam mais do que uma hora ao reencontro. Depois, frisava de que voltava a escrever-me. Ainda hoje à espera da chamada.

Nota: Uma carta que lhe enviaram era contrária à própria ação completamente descabida de base de conhecimentos, frisa-os, como resposta à mesma, com autênticos... Chamei-lhes, ao devido senhor, como um autêntico sabichoso. Com coisas passadas com mais de 20 anos já não respondiam.

Por último, faço a seguinte informação: Base geral - Em 28/6/2019, a Doutora Joana Marques Vidal, numa entrevista à SIC, frisou, declaradamente, de que nos tribunais do país existem organizações que contrariam as normas legais. Foi assinalado à própria ação às 13 e 25 e à noite, no mesmo dia. A Doutora Joana Marques Vidal frisou que existem nos tribunais organizações, organizações entre eles. Acontece, porém, no dia 2/7/2019, na RTP 3, cerca das 9 e 30 da manhã – tenho tempo para ver os noticiários, para ver o que é que está a acontecer, como deve saber -, cerca das 9 e 30 da manhã, numa ligação direta a Coimbra, havia uma manifestação de oficiais de diligência, onde informavam a própria cidadania que eram obrigados a mentir por ordens oficiais superiores, portanto, autênticos crimes.

Quando é que param de fazer estes crimes? Isto é o que acontece a nível nacional. As pessoas têm medo de quê? Eu não tenho medo absolutamente de nada, porque eu sou é eutópico. Eu não minto, nunca precisei da mentira para viver. Quando era vendedor até nem trazia os preçários. Diziam-me logo: “Não tragas isso”. Encarregava-me de tudo e quando eu demorava mais tempo toca de telefonar: “É pá, Cruz, olha que já passou o tempo, eu preciso também de ir de férias”. Está a perceber? A confiança era... cheguei a ser o melhor vendedor do país e fui à televisão. Quando foi o Pitacas Antunes à televisão corri com ele, que ele tinha estado com mentiras. Estava lá a gentalha toda de Lisboa. Olhe, o Fernando Ferreira, quando cheguei aqui, disse: “É pá, tu és danado. - Ó amigo, quando digo às pessoas digo aquilo que sinto, eu não sou traíçoeiro”. Nunca, não há uma pessoa, a mim, que me diga: “O Cruz fez-me isto”. Não há. Eu corro o mundo, corro... Nunca fiz mal a ninguém.

Foi essa a razão que eu disse uma vez, quando andei a distribuir para correr com o Mata Cáceres. E, aliás, corri, também, com o Carlos Sousa e com o Aranha Figueiredo, porque eu fui o tribunal, fui dizer. Eles não diziam nada, eles não tinham... Quando chamavam, cheguei a dizer a ele, para um indivíduo delegado do Ministério Público: “Eu, quando escrevo, é para pessoas inteligentes, não estou para bizantinismos”. Nem respondeu, porque eu falo de uma maneira para um e falo de outra maneira para outros, está a perceber?

A senhora, se tem razão ou não tem, não sei. Eu estou-lhe é a dizer aquilo que se passou há 20 e poucos anos, está a perceber? Portanto, ela, a Elisa Ferreira correu com quem estava a concorrer com as Águas do Sado. Tenho lá essa documentação toda, vou mandar precisamente para Bruxelas. Primeiro, vou mandar para o Tribunal principal cá de Portugal. Esta semana já estou a acabar as coisas e vou mandar, porque, aqui: “Ah, isto aqui é o método em Portugal, todos têm medo”. Aliás, até é uma coisa e a vivacidade da cidade diz tudo. Repare o que é que diz aqui: “A Europa condena justiça incompetente”, cá em Setúbal. Portanto, está a ver. Está aqui.

L

Doutora, eu não sei se estou a defendê-la ou não estou a defendê-la. Isto é o que se passou, OK? Agora, a marginalização da conversação que seja entre vocês. A partir deste momento fica com mais esta sapiência, está bom? Portanto, OK. Lembre-se em todos os campos.

Já agora, não se esqueça de me pôr isso em prova, para eu, que vou apresentar, e vou apresentar o seu nome que está aqui à margem, superior a mim, OK? Portanto, está feito aquela declaração, que eu estava ali, estava-lhe a dizer que não, porque houve muita contrariedade, OK? Agora, vai é descobrir essa contrariedade, está bom?"

Sr. Vice-Presidente – Fez a seguinte intervenção: *"Por respeito ao órgão executivo municipal, quero fazer um esclarecimento único e definitivo sobre as intervenções em aquele nosso cidadão, o Sr. Augusto Cruz, me tem invetivado sucessivamente, invocando o meu nome em processos cujo teor é quase impossível descortinar.*

Eu quero declarar que, tanto quanto é da minha memória, só tive, apenas, alguma intervenção uma vez, num dos julgo que vários processos de difamação e calúnia contra aquele senhor e julgo que foi interposto pelo antigo Presidente Mata Cáceres, em que todos os vereadores – não lhe estou a pedir explicações, Sr. Augusto, só estou a fazer uma declaração simples, sem argumentos – e, num dos processos por calúnia e difamação em que o senhor ex-Presidente Mata Cáceres interpôs contra aquele senhor, todos os vereadores do executivo municipal foram chamados como testemunhas, a depor.

Ao que me recordo e ao que sei, todos os vereadores declararam o mesmo, sobre aquilo que se tinha passado nas reuniões que estavam a ser apreciadas ("quem é que declarou o quê?"). Todos disseram que o que estava registado em ata correspondia às declarações de cada uma das partes. Nenhum disse coisa diferente.

Se o Sr. Augusto Cruz entende que isso é algum ataque ao Sr. Augusto Cruz, paciência, não posso fazer nada.

Eu não posso é deixar o órgão na dúvida sobre algum processo em que eu tenha tido a intervenção contra este munícipe. Nunca tive, nada tive contra ele e não tenho, até ao momento em que ele está a acumular acusações cujo peso das palavras que diz não está a medir. O senhor não está a medir. Acusa de corrupção, deseja morte, fez acusações gravíssimas, já - levo eu, para o âmbito das emoções descontroladas e dou esse desconto -, mas quer dizer que, por respeito ao órgão executivo municipal, não me é possível manter a presença no período do público, enquanto estas intervenções continuarem.

Portanto, eu peço desculpa ao executivo, mas, quando, futuramente, houver mais intervenções deste cidadão, cujo interesse para a vida do município não se consegue descortinar em nenhuma delas, e, portanto, este membro do executivo vai-se ausentar das sessões públicas e o senhor dirá o que entender a meu respeito. Peço, depois, é que, apenas, seja mantido o registo daquilo que for dito em sessão.

Hoje, não houve tumulto nenhum e é perfeitamente perceptível o que o cidadão Augusto Cruz disse. Ficará registado e para aquilo que for necessário. O senhor tem anunciado vários processos em tribunal, não é? Portanto, esperemos que estas provas sirvam para algum desses processos, se vier a ser necessário.

Portanto, nós respeitamos a democracia e os órgãos que a representam. Não podemos é estarmos a degradar a nossa presença e a nossa participação como membros dos órgãos em situações que não dignificam estas responsabilidades e competências que cada um de nós tem que fazer cumprir e fazer cumprir como membros da Câmara Municipal de Setúbal eleitos pela população.

Futuramente, cada vez que houver intervenções deste senhor, eu, com a licença de todos ou sem a licença de todos, ausentar-me-ei das reuniões da Câmara".

Sr. Vereador Fernando Paulino – Fez a seguinte intervenção: *"Entendo esta posição do Vereador Pisco e queria dizer que nós somos solidários com ela, sempre, porque entendemos que há limites para aquilo que são as intervenções de cada um, quer as nossas quer do público.*

Efetivamente há intervenções que não têm o mínimo de justificação e o senhor tem que ser chamado à responsabilidade, tem que ser responsável por aquilo que diz, independentemente de quem ataca em determinado momento. Isso serve para toda a gente.

Portanto, nós somos solidários com esta posição e acompanharemos sempre que seja necessário, que nós registemos que é oportuna essa tomada de posição.

É só para ficar registado, também, enquanto eleitos do Partido Socialista”.

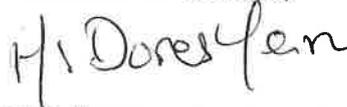
Sra. Presidente – Fez a seguinte intervenção: “O Sr. Cruz só tem que pôr aqui questões que dizem respeito à vida do Município. Essas coisas, de gente passada, dos atuais, não-sei-quê, se tem alguma coisa a queixar-se, tem que ser no tribunal, aqui não. Não é para nós, senão estamos aqui e passamos a vida a ouvir ofensas, ofensas, ofensas, todos. Tem que ser lá no tribunal, aqui não”.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezoito horas e dez minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

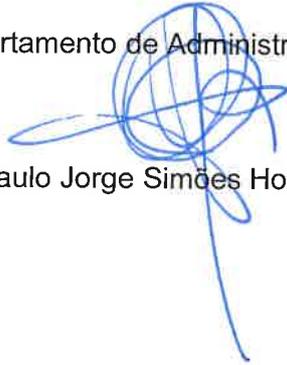
A Presidente da Câmara,



Maria da Dores Marques Banheiro Meira

Esta ata, que foi aprovada em reunião de Câmara de 20 de janeiro de 2021, por unanimidade, contém 21 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por: Carlos Mendes
Conferida por: Ana Paula Lico
Revista por: Paulo Hortênsio